COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.841-D, DE 1994

Determina a utilização de Embalagem Especial de Proteção à Criança - EEPC em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico que apresentem potencial de risco à saúde.

Autor: Deputado FÁBIO FELDMANN

Relator: Deputado BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.841-D, de 1994, de autoria do Deputado Fábio Feldmann propõe que os medicamentos, saneantes domissanitários e produtos químicos ou inflamáveis de uso doméstico, que apresentem potencial de risco à saúde, sejam acondicionados, para fins de comercialização em Embalagem Especial de Proteção à Criança – EPPC.

Para tanto, dispõe que a EPPC será projetada e construída de forma a dificultar sua abertura e o acesso a uma quantidade tóxica do conteúdo para crianças menores de 5 anos.

Justifica que as estatísticas nacionais e internacionais demonstram que as crianças, até a faixa etária de 5 anos, são as principais vítimas de acidentes tóxicos envolvendo medicamentos e produtos químicos de higiene e limpeza domésticos. Elucida que os acidentes tóxicos em crianças causam sérios prejuízos, não só às famílias das vítimas, mas também ao sistema de saúde, uma vez que tais acidentes são, em regra, marcados pela frequência, gravidade e precariedade da assistência médica emergencial. Ressalta, ainda, que este tipo de embalagem já é utilizada em países como os Estados Unidos, onde o índice de morbidade e mortalidade infantil por agentes tóxicos teve significativa redução.

Cumprir informar que a proposição não tem apensos e já foi objeto de deliberação pelas então nominadas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio

Ambiente e Minorias – CDCMAM; de Economia, Indústria e Comércio – CEIC; de Seguridade Social e Família – CSSF e de Constituição e Justiça e de Redação – CCJR.

Quando da sua apreciação por esta Comissão, em 9 de dezembro de 1998, foi aprovado, por unanimidade, o parecer de relatoria da Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro, manifestando pela inconstitucionalidade da Emenda nº 1 da CDCMAM, bem como pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa:

- da proposição principal, com emenda;
- das Emendas nº 2, 3, 4 e 5 da CDCMAM com subemenda à de nº 4;
- do Substitutivo da CSSF com subemendas.

Em março de 2001 o Projeto de Lei foi submetido à discussão em turno único em Plenário, tendo sido oferecidas as seguintes emendas:

- Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Dep. Fernando Coruja, propondo a inserção de um parágrafo único à proposição original, dispondo que: “No caso de embalagens plásticas deve haver também recomendação gráfica sobre os riscos de sufocação de crianças”;
- Emenda de Plenário nº 2, também de autoria do Dep. Fernando Coruja, com mesmo conteúdo da Emenda de Plenário nº 1, diferenciando-se quanto à sua localização. Esta emenda propõe a inserção do citado dispositivo no Substitutivo adotado pela CSSF;
- Emenda de Plenário nº 3, de autoria do Dep. Ricardo Barros, propondo nova redação ao *caput* do art. 1º do Substitutivo, inserindo a expressão “nos termos do regulamento”, pelo qual o dispositivo passa a vigorar com a seguinte redação: “Os medicamentos, saneantes domissanitários e produtos químicos ou inflamáveis de uso doméstico que, nos termos do regulamento, apresentem potencial de risco à saúde, serão colocados à venda acondicionados em Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC”.

Neste sentido, as três emendas de Plenário voltaram para deliberação pelas Comissões de Mérito de Seguridade Social e Família – CSSF, de Defesa do Consumidor – CDC e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC, sendo que:

- 1) em 5 de setembro de 2001, foi aprovado, pela CSSF, o parecer de relatoria do Dep. Saraiva Felipe, manifestando pela aprovação das Emendas de Plenário nº 1 e nº 3 e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2;
- 2) em 26 de setembro de 2001, foi aprovado, pela CDC, o parecer de relatoria do Dep. Celso Russomanno, manifestando pela rejeição das Emendas de Plenário nº 1, nº 2 e nº 3;
- 3) em 6 de novembro de 2002, foi aprovado, pela CDEIC, o parecer de relatoria do Dep. Adolfo Marinho, manifestando pela rejeição da Emenda de Plenário nº 1 e pela aprovação das Emendas de Plenário nº 2 e nº 3.

Cabe agora a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar as citadas Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 4.841, de

1994, quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa, a teor do disposto no art. 32, IV. “a” c/c art. 54, I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e quanto ao mérito, conforme art. 24, I do Regimento Interno.

Este é o relatório.

II - VOTO

As Emendas de Plenário nº 1, nº 2 e nº 3, descritas neste parecer, não apresentam vício formal ou material de constitucionalidade, bem como estão em consonância com o ordenamento jurídico vigente. Portanto, são dotadas de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Quanto à técnica legislativa, oportuno esclarecer que as Emendas de Plenário nº 1 e 2, ambas de autoria do Dep. Fernando Coruja, apresentam conteúdo idêntico, diferenciando-se quanto à sua localização, visto que a Emenda de Plenário nº 1 pretende inserir dispositivo à proposição original e a Emenda de Plenário nº 2 visa inserir o mesmo dispositivo ao Substitutivo apresentado. Desta feita, visando a boa técnica legislativa deve-se ressaltar que apenas uma das duas poderá ser acolhida. A aprovação de uma das emendas irá, automaticamente, prejudicar a outra.

Quanto ao mérito, considero procedente a preocupação expendida pelo Dep. Fernando Coruja, nas Emendas de Plenário nº 1 e nº 2, quanto ao risco de sufocamento de crianças em decorrência do uso de embalagens plásticas. Assim, a inserção de aviso gráfico neste sentido, configura instrumento de alerta e prevenção.

No que concerne à Emenda nº 3, que traz para regulamento a definição de quais produtos devem ser acondicionados em Embalagem Especial de Proteção à Criança – EEPC considero a emenda oportuna e viável, visto que o dispositivo genérico pode trazer distorções interpretativas quanto ao espectro de aplicação da lei. Desta feita, o regulamento irá definir, de forma clara e objetiva, por meio de órgão competente, quais produtos estão sujeitos à obrigação legal de acondicionamento por meio de EEPC, bem como possibilitará, sempre que necessário, ajustes e atualização nesta relação de produtos, considerando que a ciência está em constante progresso, com o surgimento de novos produtos.

Pelas razões expendidas, manifesto pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nº 1, nº 2 e nº 3, e no mérito, pela aprovação das mesmas, considerando que no que concerne às Emendas de Plenário nº 1 e nº 2, somente uma poderá ser acolhida, restando prejudicada a outra.

Sala de Comissões, em de dezembro de 2012.

Dep. BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS
Relator